

Genivaldo Gonçalves Pinto
Maria Medianeira Padoin

O Processo de Construção da Guerra do Paraguai¹

Investigar o período da primeira fase do pós-Guerra do Paraguai pressupõe a necessidade de pesquisar alguns fatos antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, estudar outros fatos de interesse específico sobre ela e revisitar, no século XIX, as pessoas, o espaço e o tempo de uma história que serviu de matriz para alguns eventos político-sociais de grande significação sobretudo no contexto das relações internacionais.

A primeira consequência importante foi a de proporcionar o acimentamento de um grande Estado como o Império do Brasil, que passou a existir de fato desde a deposição de D. Pedro I em 7 de abril de 1831², mas que só para atender às necessidades e exigências da Guerra do Paraguai ouviu-se pela primeira vez em nossa história um chamamento geral à defesa de nossa nacionalidade.

A segunda grande consequência foi descortinar a "tacada de mestre" de Mitre, qual seja, a grande oportunidade de servir de base para a efetiva fusão da Confederação Argentina a Buenos Aires³ concretizada alguns anos mais tarde, embora no contexto da guerra, falsa e forçosamente tenha sido considerada pela Tríplice Aliança como República Argentina. Para a sua participação na guerra, devemos considerar que ela recebeu do Império brasileiro muito dinheiro para o sustento da guerra, perdões de algumas dívidas e postergação de outras.

Ao fazer a guerra Mitre também ambicionava a incorporação do Paraguai aos seus domínios, redesenhando o mapa da região, fazendo-o recuperar uma parte do contorno dos domínios nos tempos do Vice-Reino do Rio da Prata. Por uma questão de melhor balizamento das idéias que defendemos, chamaremos de "União Argentina" a essa República, dada a sua frágil organização político-territorial durante o período, objeto de nosso estudo. Assim colocamos porque, em nosso entendimento, ela de fato não conseguiu ser nem uma República, dada a sua profunda desagregação político-militar, muito menos uma Confederação, dada a existência de uma Constituição aceita por todas as Províncias.

Com a intenção de reforçar nosso entendimento a respeito da organização política presente em Buenos Aires e na Confederação, nos reportamos a Sir Richard Francis Burton, um ilustrado oficial inglês - estudioso da Guerra do Paraguai chegando a verificar por algumas vezes *in locum* seu andamento - e Cônsul em Santos, na Província de São Paulo, em jantar com seu amigo Mr. Gould, um agente diplomático inglês encarregado de tentar mediar a paz entre o Paraguai e a aliança,

¹ O tema abordado integra a Dissertação de Mestrado.

² O Império do Brasil como Estado inicia em 22 de setembro de 1822 com o chamado Grito do Ipiranga, porém, este Estado só passou a existir com todo o seu vigor com a deposição de D. Pedro I e sua partida para Portugal, fazendo-se dissipar em nosso solo, as influências portuguesas que ainda entravavam nossa soberania.

³ Durante este trabalho estaremos nos referindo à Confederação Argentina e ao governo portenho (de Buenos Aires), como duas entidades políticas distintas. Estas duas conformações políticas só resultarão efetivamente em um único estado, depois de 1880.

no Café de Paris em Buenos Aires em 1868, onde comentou com este sobre a Confederação Argentina que

*Dirigindo-me ao Presidente Sarmiento, chamarei de República Argentina; a outros, de Confederação Argentina. Esta última expressão soa áspera e dolorosa nos ouvidos do Partido Unitário, cujos membros ainda são rigorosos adeptos dos direitos dos Estados*⁴.

O terceiro sucesso provocado pela Guerra do Paraguai foi o de permitir a definitiva independência da República Oriental do Uruguai, único aliado desprovido de ambições territoriais ou de qualquer hostilidade para com o Paraguai. Os governos orientais antecessores ao de Venâncio Flores tinham uma relação promissora de amizade, comércio e apoio mútuos com o governo do Paraguai, portanto, não eram ameaçados por ele. Depois de obrigado a envolver-se na guerra por uma dívida política de Venâncio Flores Barrios⁵ e seu partido, o Colorado, para com o Império e a União Argentina, o Uruguai conseguiu finalmente escapar das influências perversas da política e das armas destes últimos.

O Paraguai no ataque

A construção do modo de ver essa grande guerra foi ao longo dos últimos cem anos tendo vários enfoques, principalmente pela necessidade de se verificar as justificativas de seu acontecimento ou entendimentos de maior poder de esclarecimento.

Para o povo do Brasil essa guerra é um marco positivo, importante, que na memória dos nossos feitos marca em uma página muitos momentos de glória da Marinha e do Exército brasileiros, proporcionando a visão de uma nação⁶ que não conhece derrota.

A ação paraguaia até então mais agressiva e de maior ferimento à soberania imperial mostrou ser a invasão à Colônia Militar de Dourados na Província de Mato Grosso em 29 de dezembro de 1864, constituída de uma guarnição de 16 militares comandados pelo 1º Tenente de Cavalaria Antônio João Ribeiro (atual patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército brasileiro), dos quais somente um soldado escapou à morte.

Quanto à União Argentina, esta só foi molestada em 13 de abril de 1865, na ocupação de Corrientes pelo exército paraguaio, em atitude entendida como de ferimento à soberania daquele solo, porque, entre outras ações, os paraguaios atacaram e se apoderaram no Porto daquela localidade dos vapores da União "25 de Mayo" e "Gualeguay". Este fato foi suficiente para que o Império do Brasil forçasse ser visto em Corrientes o sinal mais evidente para a concretização do Tratado da Tríplice Aliança e nele desqualificar o Estado paraguaio, igualando-o à natureza da barbárie como vemos a seguir:

⁴ Burton, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997, p. 158.

⁵ O General Venâncio Flores ascendeu ao Governo Provisório Oriental apoiado pelos governos portenho e imperial, no chamado "Convênio de Paz de Villalba".

⁶ Aqui tende somente a significar povo de um Estado constituído.

O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, o Governo da República Argentina e o Governo da Republica Oriental do Uruguai;

Os dous primeiros em guerra com o Governo da República do Paraguay por lh'a ter este declarado de facto, e o terceiro em estado de hostilidade e vendo ameaçada a sua segurança interna pelo dito Governo, o qual violou a fé pública, tratados solemnes e os usos internacionais das nações civilizadas e cometeu actos injustificáveis depois de haver perturbado as relações com os seus vizinhos pelos maiores abusos e attentados;

Persuadidos que a paz, segurança e prosperidade de suas respectivas nações tornam-se impossíveis enquanto existir o actual governo do Paraguay e que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desapparecer aquelle governo, respeitando-se a soberania, independencia e integridade territorial da Republica do Paraguay;

Resolveram, com esta intenção, celebrar um tratado de alliança offensiva e defensiva(...)

(Preâmbulo do Tratado da Tríplice Aliança)⁷

A "certidão de nascimento" da Guerra do Paraguai é o Tratado de 1º de maio de 1865, depois de decorridos quase seis meses da primeira hostilidade oferecida por Solano López, em 12 de novembro de 1864, quando resolve fechar ao Brasil o ingresso de navios de guerra ou dos que portavam material bélico para a Província de Mato Grosso pelo Rio Paraguai⁸, e dezoito dias depois da ofensa aos portenhos e confederados argentinos. Isso não significa o primeiro momento de resposta ao inimigo, que só aconteceria vinte e quatro dias depois, portanto em 25 de maio de 1865, quando as forças do general portenho Wenceslao Paunero reforçadas por tropas brasileira e uruguaia tentaram em vão desalojar os paraguaios de Corrientes.

A demora em responder ao grande conjunto de agressões provocadas pelo exército paraguaio em solos da União e brasileiro deveu-se, em parte, porque o Brasil ainda estava promovendo a guerra contra o governo uruguaio, e, além do mais, não possuía condições de abrir uma outra frente de combate para enfrentar os paraguaios.

Outro fator de demora em contra-atacá-los foi a total inexistência de um clima de guerra nas Províncias, a que se conhecia anteriormente por Confederação Argentina, só sendo possível vencer essa inércia depois que os soldados paraguaios, contrariando as ordens expressas de Solano López, provocaram muitos atos perturbadores da ordem pública em Corrientes, conforme já mencionado, exigindo então pronta intervenção do exército do General Paunero.

Para nós, cientistas sociais, os meses de abril e maio de 1865 produziram alguns eventos de extremo interesse, quer seja pela sua seqüência cronológica um pouco confusa, mas real, quer seja pela natureza de cada um deles: no dia 13 de abril, os paraguaios ocupam e depredam parte da cidade de Corrientes, na Província da União; no dia 15 de abril, Buenos Aires toma conhecimento do ocorrido em Corrientes; no dia 21 de abril, o diário portenho "La Nación" divulga uma importante declaração do General Dom Bartolomé Mitre, "En 24 horas en los

⁷ Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>.

⁸ Do guaraní Paraguá y (de pará, mar; gua, morador; y, río), significa literalmente "río dos moradores do mar", em provável alusão aos guaranis, senhores de sua corrente, que navegavam por ele até o Atlântico.

cuarteles, en 15 días en campaña, en 3 meses en Asunción"⁹; em 1º de maio, é assinada a declaração de guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; em 3 de maio, o Paraguai declara guerra à União Argentina e em 9 de maio, esta declara guerra ao Paraguai. O que encontramos de estranho em todos esses eventos é o que se segue:

1. houve um retardo de 6 dias entre a chegada da notícia das perturbações acontecidas em Corrientes e a aclamação indignada de Mitre. Provavelmente estivesse havendo os acertos finais para a aliança;
2. para que Mitre fizesse a declaração divulgada pelo periódico, ele deveria ter um mínimo de projeto ou plano de guerra que envolvesse o Império do Brasil, porque, para fazê-lo, somente com disponibilidade de Marinha, coisa que ele não tinha, muito menos efetivo militar para aventurar-se com um inimigo que já sabia ser muito numeroso;
3. no dia 1º de maio é assinado o Tratado da Tríplice Aliança, declarando em seu preâmbulo, que

(...) O Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, o Governo da República Argentina e o Governo da Republica Oriental do Uruguai;

*Os dous primeiros em guerra com o Governo da República do Paraguay por lh'a ter este declarado de facto, e o terceiro em estado de hostilidade e vendo ameaçada a sua segurança interna pelo dito Governo(...)*¹⁰

Uma vez que o Paraguai só tenha declarado guerra à União Argentina em 3 de maio, oficialmente antes desta data não estava em guerra com ninguém, muito menos com o Paraguai e

3º) só se explica Mitre ter declarado guerra ao Paraguai em 9 de maio, porque no Artigo 18 do Tratado da Tríplice Aliança havia o compromisso do seu completo sigilo até vencido o inimigo comum. Este segredo era de aplicação frágil, uma vez que os três exércitos em combate empunhavam suas bandeiras sempre em destacadas posições, para serem literalmente vistas pelo inimigo, por isso houve a formalização da declaração naquela data.

Essa impossibilidade de resposta se apoiava na falta de efetivos compatíveis com o valor do inimigo¹¹, e da própria logística de guerra que necessitava de tempo e dinheiro para ser redirecionada. Não foi por acaso que a Tríplice Aliança partiu para a guerra com um efetivo de aproximadamente 65.000 homens, diante de um inimigo que pensavam ser de igual número, sem falar na sua reserva. Depois de iniciada a contra-ofensiva, podemos adicionar às dificuldades já mencionadas outros entraves de ordem operacional para vencer a inércia da guerra.

Um desses entraves foi provocado pela mobilização dos "Voluntários da Pátria"¹² que eram "incluídos" à guerra inadequadamente, sem que ao menos

⁹ Tradução: "em 24 horas nos quartéis, em 15 dias na campanha, em 3 meses em Assunção".

¹⁰ Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>.

¹¹ Entende-se por "Valor do Inimigo" a sua capacidade de oferecer perigo à nossa tropa em função do seu efetivo, da quantidade e tipos de armas que possui, do conhecimento que possui do terreno e de nossa tropa e da sua possibilidade de ser apoiado.

¹² Documento disponível no Anexo 1.

soubessem atirar com as armas que recebiam¹³. Esse aprendizado acontecia durante as pausas dos combates, quando os mais antigos ensinavam aos mais modernos¹⁴ como fazer. Estamos falando só em manuseio de armas, não sendo necessário descrever as demais falhas em tarefas de maior complexidade.

Por outro lado, a União Argentina – antes de 13 de abril de 1865, quando foi invadida a cidade de Corrientes pelos paraguaios – tinha sérias dificuldades em encontrar motivação nas Províncias da antiga Confederação para fazer guerra a Solano López, uma vez que este despertava mais simpatia nessas Províncias vizinhas suas que o próprio Mitre (política Portenha) ou, pior ainda, que o Brasil. Outro dado importante para justificar ou pelo menos entender a atitude desinteressada de Urquiza pela guerra é o fato deste ser amigo e compadre de Solano López, o que por dedução nos convence de que toda a Província de Entre Ríos também simpatizava com o Paraguai em detrimento dos demais Estados vizinhos¹⁵.

A República Oriental do Uruguai, ao ser obrigada a participar da guerra, teve no texto do Tratado a garantia de ressarcimento dos prejuízos impostos por aquela guerra, porque, segundo dizia, o Paraguai é que estaria oferecendo um forte perigo à sua segurança, quando na verdade era a Aliança Portenho-Imperial, e muito mais o Império que Buenos Aires, que lhe obrigava a participar dela. Estando os aliados

Persuadidos que a paz, segurança e prosperidade de suas respectivas nações tornam-se impossíveis enquanto existir o actual governo do Paraguay e que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desaparecer aquelle governo, respeitando-se a soberania, independencia e integridade territorial da Republica do Paraguay.

(Tratado da Tríplice Aliança. Preâmbulo)¹⁶

Eliminação do governo de Solano López

Inicia-se o conflito tendo a Tríplice Aliança por missão maior a eliminação do governo paraguaio, não respeitando sua soberania, independência e muito menos a sua integridade territorial.

Através de um memorando datado de 18 de maio de 1869, em Buenos Aires, o plenipotenciário argentino Ministro das Relações Exteriores Mariano Varela, que sempre condenou a guerra, dirigiu ao plenipotenciário brasileiro José Maria da Silva Paranhos uma reflexão sobre os últimos acontecimentos, e aqui enfatizamos o trecho que alude aos sacrifícios humanos, dizendo que

(...) Mui sabiamente os aliados evitaram escrever no seu pacto solemne o nome proprio do dictador. A sua guerra não foi emprehendida sómente contra a pessoa do marechal Lopez, mas também contra o systema symbolisado no seu governo; systema que a mais dolorosa experiencia veio provar ser incompativel com a paz e segurança de seus vizinhos.

¹³ Cerqueira, Dionísio Evangelista de Castro. *Reminiscências da Campanha do Paraguai: 1865–1870*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980, p. 63 e 65.

¹⁴ Diz-se "mais moderno" àquele que tem incorporação mais recente, e "mais antigo" ao que tem incorporação anterior, configurando, naquele quadro, mais experiência.

¹⁵ Fragoso, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1956, p. 19, II v.

¹⁶ Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>.

É este o pensamento que se expressa resumidamente no art. 6º do tratado e se desenvolve nos seguintes.

O simples desaparecimento do dictador Lopez do territorio paraguay, não compensaria os immensos sacrificios desta guerra, não deixaria garantida a paz futura e respeitados os direitos dos beligerantes aliados.

A questão de honra, suscitada pela provocação injusta e desleal, pôde dizer-se dignamente resolvida pelo valor e dedicação das armas aliadas. Sob este ponto de vista, só há que lamentar a obstinação do aggressor [Solano López], que, desattendendo todos os conselhos da razão e suffocado todos os gritos da humanidade, fez derramar copiosamente tão precioso sangue, e recorreu para saciar sua colera ás mais estupendas crueldades (...).¹⁷

Depois de preparados os exércitos aliados e iniciada a contra-ofensiva, Solano López demonstrou inabilidade para o empreendimento, em parte por não possuir experiência e aptidão para comandar em guerra, e por outro lado os seus comandantes também demonstraram ausência de senso de discernimento, experiência, habilidade, e o que foi pior, desobediência ao comandante supremo, agravada ainda mais pela inexistência de planos integrados, ou seja, sem possibilidade de apoio mútuo entre as tropas com ações simultâneas, porém em locais vizinhos.

Adicionando mais desgraças, se é que se podem conceber tantas em um único exército na mesma guerra, os paraguaios sofreram maior derrota pela ausência de apoios que no início tinham como certos quais sejam, o dos EUA e o do general da Confederação Argentina de maior influência na mesopotâmia platina, Justo José Urquiza. A existência desse quadro de comandantes, logística e ações inconsistentes na maioria das vezes, obrigou os paraguaios a deixarem rapidamente a ação ofensiva para a de defensiva, em franco movimento para a sua retaguarda, interiorizando, portanto, suas ações posteriores.

Comandantes e comandados: uma relação difícil

Durante o comando de Mitre a Tríplice Aliança sofreu golpes muito fortes em sua unidade, hierarquia e disciplina, por conta dos generais brasileiros terem se mostrado desobedientes a muitas de suas ordens. Ele muitas vezes deixou de agir disciplinarmente, como convinha a um chefe, para não provocar dissabores maiores.

Algumas das ações planejadas por Mitre eram realmente de eficiência duvidosa e acreditamos que poderiam algumas ser até mesmo absurdas. Também neste ponto atrapalhou sobremaneira à condução da guerra, o verdadeiro estado de inimizade cultivado entre os oficiais comandantes brasileiros, cujo motivo, segundo alguns autores foi a vaidade. Eles não se suportavam, não se entendiam em muitos momentos.

Tamandaré, segundo o próprio José Maria da Silva Paranhos em correspondência a seu compadre e amigo, o Marquês Luiz Alves de Lima e Silva, em fevereiro de 1865, em Montevidéu, referia-se ao grande marinheiro dizendo que

Há de crer que o nosso Almirante está com pretensão de diplomata?! Pois é um facto, que eu trato de desfazer confiando na estima recíproca que me liga a esse bravo Marinheiro. V. Sa. conhece o bom sentido desta palavra. Errou millitar e politicamente no ataque precipitado de Paysandú: o que seria no mais? É homem para actos de valor e dedicação: nada mais. Como administrador é a desordem e desperdício em pessoa. Diga alguma coisa

¹⁷ Ibidem.

*nesse sentido aos ministros, mas quero bem ao homem, e reconheço o que elle tem de distincto, não me atrevo a dizer tudo, que só os cegos não verão.*¹⁸

Tamandaré, que preferiu os prazeres e boa vida de Buenos Aires e de Montevidéu¹⁹, foi responsabilizado pela ausência no maior feito da Marinha brasileira, a Batalha do Riachuelo (Batalha do Riacho Pequeno em 11 de junho de 1865), onde o Almirante Barroso, seu subordinado, agiu como um bravo. Nos atos seguintes ele também foi responsabilizado por comportamentos de inação, o que acabou por expulsá-lo do teatro de operações pouco depois.

Em 22 (ou 23) de setembro de 1866, os aliados sofreram uma fragorosa derrota na tentativa de assalto à Fortificação de Curupayty. As dimensões das perdas foram tão grandes que forçaram o governo imperial a destituir do comando das forças navais o Almirante Tamandaré, substituindo-o por Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, e nomear o Marquês de Caxias para o comando-em-chefe de nossas forças.

Antes da data anteriormente mencionada, deve ser ressaltada a Batalha de Tuyutí, maior batalha campal da história da América do Sul. O vitorioso ataque paraguaio ao acampamento de Tuyutí ocorreu em 24 de maio de 1866, infligindo pesadas perdas a ambos os lados. Houve repetição da mesma ofensiva paraguaia nos dias 14 e 30 de junho, sendo que neste último os aliados saíram-se vencedores deixando a fração agressora sem condições de prosseguir naquela frente de guerra.

Até que ocorresse em 19 de fevereiro de 1868 a ultrapassagem da linha de fortificações de Humaytá, em nosso entendimento o mais determinante ponto de inflexão de toda a guerra²⁰, houve muitos combates, significando vitórias paraguaias por algumas vezes e, por outras vitórias, dos aliados.

Em 5 de agosto de 1867, Mitre ordena a Caxias que a esquadra force passagem por Humaytá, de modo a encontrar as forças aliadas que acima dela chegariam às margens do Rio Paraguai, isolando a fortaleza. A esquadra imperial ultrapassa Curupayty, mas, contrariando ordens de Mitre, Joaquim José Ignacio, respaldado por Caxias, se recusa a tentar ultrapassar Humaytá. Durante seis meses, os encouraçados brasileiros permanecem entre essas duas posições inimigas, bombardeando-as inúmeras vezes sem maiores conseqüências, estagnando a ofensiva fluvial.

Caxias no comando

Em 19 de fevereiro de 1868, quando Mitre já havia se afastado definitivamente da guerra - por motivos de ordem política hostis a seu governo - sendo substituído pelo Marquês de Caxias, uma fração da Esquadra brasileira (seis belonaves) comandada por Delfim Carlos de Carvalho passa pela Fortaleza de Humaytá sob fogo cerrado, fazendo-se chegar alguns navios em Assunção. Em conseqüência, Solano

¹⁸ Correspondência de José Maria da Silva Paranhos ao seu compadre, o Marquês de Caxias, provavelmente em 6 de fevereiro de 1865, remetida de Montevidéu. Documento 53 CP 18 de 5.1 a 5.6 do Arquivo Nacional.

¹⁹ Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Brasília: Cia das Letras, 1998, p. 228 e 229.

²⁰ Chama-se "ponto de inflexão" ao momento em que há uma profunda mudança nos rumos da guerra provocada por algum sucesso.

López ordena a evacuação de Mato Grosso e redireciona aquela tropa para o sul, onde acabava a sua ação ofensiva de verificar uma penetração antes inexorável e mudaria todo o quadro da guerra com pela desvantagem para si.

Esta ultrapassagem de Humaytá foi uma ação planejada por Mitre seis meses e meio antes e não executada por desobediência. Como em uma guerra pouca coisa escapa da boca e dos ouvidos dos subordinados, um deles, comandante de unidade, escreveu a um outro congênere amigo seu oito dias depois do feito, desabafando da seguinte forma:

Em 14 escrevi-lhes por conduto do compadre Agra, e em 22 por João Silveira Neto; para ambos lhe serem remetidos pelo correio, e nesta ultima dar-lhe algumas novas dos feitos da esquadilha que forçou o Humaitá, e da qual seguio em continente 3 Vapores para Villa Conceição e Assumpção, enquanto ao forte Laurel o inimigo o desprezou, fugindo antes dos Vapores ali tocarem. É vergonhoso dizer se não longe de 3 annos, a esquadra não ter feito um reconhecimento nas correntes, torpedos, etc e agora nada disso appareceu, nos vapores de Vereda passarão, e com muito pouco avaria, apezar de imença metralha que do forte largarão.

Diser se hoje, o que motivou a subida foy a corrente, é burla, por que em todos annos tem havido mais de huma vez, se não igual, com pouca deferença, e estou convencido que protelavão aqui [?] por gosto de alguém, e hoje vejo pessoas um pouco tristes, por que julgão se na vespera de deixarem a grande [ilegível]. Desgraçado o Brasil, e mil vezes desgraçado quem o tem dirigido; (isto é os governos) se fosse mais moço tinha que voltar a Pátria feito Cidadão Argentino – Frances ou Chileno, contando que me não chamassem Brasileiro, por que [ante] as nações, a nossa está, ridicularizada ao ultimo ponto, e com a tomada do Humaitá, Assumpção etc não revertera a ella gloria alguma; [grifo do pesquisador] avista do passado e é de lastimar se os patricios que tenham sacrificado suas vidas, empenhando-as nos combates fiquem ofuscados seus nomes, e serviços pela negligencia dos nossos Governos, que pessimamente tenham dirigido o poder e a Nação. Quem mais serviços presentemente tem prestado do que o Brigadeiro Andrade Neves, Coronel Niederauer Sobrinho em qualquer expedição a seu cargo empenhão se e sempre com triumpho, a gloria para as nossas armas; no entanto que a muito pouco foy o proprio lembrado com um titulo, no segundo um total esquecimento;(...)

(...) e também com os aliados argentinos os quais a maior parte são recrutados por conseguinte dos blancos, contrários ao Mitre e ao Brasil, e amigos do Lopes; e todos os dias se [rasgado] passando; e voltando 3 para as matas e ali esperão em grupos o pobre Brasileiro que atravessa os palmares pouco acompanhado e o roubam, ficando sem a vida. O Mitre [rasgado] se acha em Buenos Ayres; e o Caxias devera aproveitar a ausência delle para fazer alguma coisa e reverter a gloria para os seus. (...)²¹

Apesar de todas as opiniões contrariarem as razões que a justificavam, a Guerra do Paraguai seguia conforme os rumos ditados pelo Império. Do primeiro ato oficial de aceitação da guerra, o Tratado da Tríplice Aliança, até as recomendações à tropa, a idéia-mestre dos objetivos de guerra era a da derrubada do governo ditatorial de Solano López respeitando a integridade de sua gente e de seu Estado, conforme vemos nos Artigos a seguir:

²¹ Dado obtido no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Assunto: Autoridades Militares – Maço 214 – Diversos (1863-1888), 1868 Guerra do Paraguai – Carta dos Combatentes.

Artigo 7. Não sendo a guerra contra o povo do Paraguay, e sim contra o seu governo, os aliados poderão admittir em uma legião paraguaya os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito governo e lhes darão os elementos necessarios, na fôrma e com as condições que se ajustarem.

Artigo 8. Os aliados se obrigam a respeitar a independencia, soberania e integridade territorial da Republica do Paraguay. Em consequencia, o povo paraguayoso poderá escolher o governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados e nem pedir o seu protectorado como consequencia desta guerra.

Artigo 9. A independencia, soberania e integridade territorial da Republica do Paraguay serão garantidas collectivamente de accôrdo com o artigo antecedente pelas altas partes contractantes durante o periodo de cinco annos. (Tratado da Tríplice Aliança)²².

A guerra como uma questão de tempo

O sigilo do Tratado era uma questão tão importante quanto os próprios planos de guerra, porque se tinha de antemão, antes mesmo de iniciarem as primeiras ações táticas, o destino do Paraguai traçado no papel. E por falar em sigilo, não foi a primeira vez que a União Argentina²³ e o Império uniram-se em sigilo para planejar enfrentamento ao Paraguai.

A assertiva é comprovada pelo Protocolo de 14 de dezembro de 1857, assumido na cidade do Paraná, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelos plenipotenciários da então Confederação Argentina, Dr Dom Santiago Derqui (viria a ser presidente da Confederação Argentina de 5 de março de 1860 a 5 de novembro de 1861) e Dom Bernabé Lopes, e o plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil, Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, evidenciando que, desde então, o Império tenta resolver pelas armas suas diferenças com o Paraguai. Naquele instrumento que ficou por ser ratificado mais tarde, estes senhores

(...) accordaram consignar por escripto o resultado de suas conferencias sobre os meios que seus respectivos Governos devem empregar para obter da Republica do Paraguay uma solução satisfactoria das questões pendentes que dizem respeito á navegação fluvial commum, bem como as declarações que em nome de um e de outro Governo fizeram os mesmos Plenipotenciarios, presuppõdo o caso de que se torne inevitavel uma guerra para conseguir-se aquelle fim, que tanto interessa aos dois paizes e á civilização e commercio em geral.

Foi ao mesmo tempo accordado q. este documento se deverá conservar na mais completa reserva, e he destinado somente para dar a conhecer aos dois Governos quaes as circunstancias e disposições em que um e outro se acham para com a Republica do Paraguay, de sorte que em qualquer caso possam mutuamente prestar-se todos os bons officios proprios das benevolas e estreitas relações que tão felizmente subsistem entre elles e os povos a cujos destinos presidem.

Que nesta eventualidade, que muito lamentará, dezejaria o Governo Imperial estar unido e de perfeito accordo com o seu antigo Alliado da Confederação, visto que circunstancias e os interesses dos dois paizes sam quasi identicos em relação á Republica do Paraguay.

²² Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>.

²³ Nesse momento, por Confederação compreende-se todo o Estado Argentino, sendo seu presidente o General José Justo de Urquiza, com mandato de 05/03/1852 a 05/03/1860, elaborador da 1ª Constituição Nacional neste mandato.

Os Plenipotenciarios Argentinos responderam que, apesar das graves considerações que tem feito o seu Governo preferir o estado actual de couzas a um rompimento com o Governo Paraguayo, estava elle disposto a alliar-se ao Imperio, na hypothese acima figurada, si a guerra tivesse por objecto pôr termo não só á questão fluvial, mas tambem á de limites, isto he, obter a satisfação de todos os interêsses e direitos actualmente desconhecidos e offendidos pela Republica do Paraguay para com a Confederação e o Imperio.

Que a guerra, tendo só por fim a livre navegação do Paraguay, na qual o interesse da Confederação he secundario e remoto, attenta a sua falta actual de commercio nessa direcção, não seria popular no seu paiz, não justificaria o Governo Argentino ante a opinião publica Nacional de abandonar a politica temporizadora que se tem prescripto até hoje, dos graves prejuizos q. resultam do deploravel sythema em que insiste o governo Paraguayo.

O Plenipotenciario Brasileiro respondeo, que o Governo Imperial tambem entendia que, impellidos o Brasil e a Confederação a uma guerra pela obstinação do Governo do Paraguay, com a guerra deverão terminar todas as questões pendentes. Mas que, attendendo á natureza especial das questões de limites, e a que sobre esse ponto não há identidade de interesses, entendia outro sim o Governo imperial, que devia ficar livre a cada um dos seus alliados proceder a esse respeito como o julgasse conveniente, sem que deixassem todavia de prestar-se reciprocamente todos os bons officios que estivessem a seu alcance para esse fim.

Que uma alliança dos dois Estados para traçarem as suas fronteiras com o Paraguay, estado mais fraco do que qualquer delles, seria odiosa e poderia comprometter seriamente os resultados que ambos se propunham obter.

Que a questão fluvial era de alta importancia para os dois paizes, e quem bem apreciasse a alliança em todas as suas consequencias moraes, e sob o ponto de vista d'esses interesses communs, não a julgaria com razão impopular (...)²⁴.

O fato mais importante desse episódio é que vemos nele o início da gestação da Guerra do Paraguai. Ainda que tivéssemos em 6 de abril do ano anterior ao protocolo, 1856, celebrado com o Paraguai um Tratado de Amizade, Navegação e Comércio garantindo a livre navegação nos Rios Paraguai e Paraná, exatos trinta dias antes, em 7 de março de 1856, também celebramos com a Confederação Argentina²⁵ um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, sendo que em seu Artigo de número 20 fazia-se questão de "orquestrar" o tratamento comum que ambos deveriam oferecer à República do Paraguai quanto ao mesmo objeto da celebração, para salvaguardar nossos interesses naquele momento e nos momentos futuros, declarando que

(...)Ambas as altas partes contractantes se obrigão a convidar, e a empregar todos os meios a seu alcance para que a Republica do Paraguay adhira ás estipulações que precedem, concernentes á livre navegação fluvial, de conformidade com o artigo adicional de Agosto de 1828, e com o art. 14 do convenio de 21 de Novembro de 1851, celebrado entre o Brasil e os governos de Entre-Rios e Corrientes (...)²⁶.

Depois da queda definitiva de Juan Manuel de Rosas²⁷ na Batalha de Monte Caseros em 2 de fevereiro de 1852, o Império do Brasil sempre procurou apoiar-se, ou mesmo coadjuvar-se com a Confederação Argentina – a partir do fim da Guerra

²⁴ Documento L. 246, M. 2, P. 9 do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão.

²⁵ Todo o Estado argentino.

²⁶ Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>.

²⁷ Presidente da Confederação Argentina de 1829 a 1832, e de 1835 a 1852.

do Paraguai este tipo de associação cessou - antes de celebrar qualquer acordo com a República do Paraguai, como forma de pressão política no âmbito das relações internacionais Platinas.

É, portanto, desde o período acima demonstrado que o Paraguai passou a ser de obstinado interesse do Império, e, pelo que se pode deduzir, ao menos a partir do protocolo mencionado anteriormente, o Império vinha tentando convencer a Confederação a apoiá-lo para obrigar os López²⁸ a satisfazerem os seus imperiais desejos. Não nos esqueçamos que na mesma data celebramos com o Paraguai o adiamento para solução das questões de limites por mais seis anos, mas nos bastidores desses acordos tramava-se com a Confederação contra aquele.

Naquele momento protocolar de 1857 – pensamento válido também para o período do tratado de 1865, a Confederação nenhum interesse tinha em alterar o clima de paz reinante entre as duas Repúblicas. O único a sentir-se prejudicado pelas ameaças de bloqueio do Rio Paraguai era o Império. A Confederação não tinha interesses comerciais rio acima e havia se pacificado quanto a qualquer outro problema. Contudo, diante do insistente interesse Imperial em fazer frente ao Paraguai, a Confederação aceitou e ressuscitou como grande entrave à sua existência política a questão das fronteiras. Para esse acordo também ficou a responsabilidade de ambos, na manutenção do seu mais absoluto sigilo.

Outro acontecimento que corrobora a nossa idéia de ter sido a Guerra do Paraguai gestada com muita antecedência é o empréstimo obtido com os banqueiros ingleses da Casa Rothschild, de 7 milhões de libras esterlinas, ocorrido em setembro de 1863 e destinado exclusivamente para a compra de armas e navios a serem usados na guerra que se avizinhava com o Paraguai²⁹.

Bibliografia

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1983), Coleção Alfredo Varela. Porto Alegre. v. 6.

Bandeira, Luiz Alberto Moniz (1995), *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à Tríplice Aliança*. Brasília: UnB.

Burton, Richard Francis (1997), *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex.

Carvalho, Alfonso de (1991), *Caxias*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Cerqueira, Dionísio, Evangelista de Castro (1980), *Reminiscências da Campanha do Paraguai: 1865–1870*. Rio de Janeiro: Bibliex.

De Marco, Miguel Ángel (2003), *Corresponsales en Acción: crônicas de la Guerra del Paraguay "La Tribuna" (1865 – 1866)*. Buenos Aires: Librería Histórica.

Docca, José Fernandes de Souza (1919), *Causas da Guerra com o Paraguai: autores e responsáveis*. Porto Alegre: Livraria Americana.

²⁸ Alusão a Carlos Antônio López e seu filho Francisco Solano López.

²⁹ Dado disponível no Ministério das Relações Exteriores através de seu sítio eletrônico www.mre.gov.br.

- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva** (1998), *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Brasília: Cia das Letras.
- Etchepareborda, Roberto** (1973), *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Editorial Pleamar.
- Espil, Courtney Letts de** (1969), *Noticias Confidenciales de Buenos Aires a U.S A.: 1868-1892*. Buenos Aires: Editorial Jorge Álvarez.
- Fragoso, Augusto Tasso** (1956), *História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Fretes, Eduardo Amarilla** (1941), *La Liquidación de la Guerra de la Triple Alianza Contra el Paraguay: negociaciones diplomáticas*. Buenos Aires: Imprenta Militar.
- Goldsmith, Raymond W.** (1986), *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. Tradução de Neide Y. Giselda Scavone. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda.
- Hobsbawm, Eric John Ernest** (1990), *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Iglesias, Francisco** (1993), *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Izecksohn, Vitor** (1997), *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Leite, Osvaldo Rodrigues** (1988), *Dívida Externa*. Santa Maria: UFSM.
- Magalhães Júnior, Raimundo** (1956), *Dom Pedro II e a Condessa de Barral: através da correspondência íntima do imperador, anotada e documentada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Padoin, Maria Medianeira** (2001), *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Pinto, Genivaldo Gonçalves** (2002), "Integração Regional e Cultura: uma agenda para o Mercosul". In: *III Encontro Anual do Fórum Universitário Mercosul, Brasília. Anais A Universidade e a (Des)Integração da América Latina*. Brasília: UnB.
- Duarte, Paulo de Queiroz** (1981), *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época*. Rio de Janeiro: Bibliex, v. I.
- Seeber, Francisco** (2002), *Desde el Frente de Batalla: cartas sobre la Guerra del Paraguay, 1865-1866*. Buenos Aires: Librería Histórica.
- Talavera, Natalicio** (1958), *La Guerra del Paraguay: correspondencias publicadas en el semanario*. Buenos Aires-Asunción: Ediciones Nizza.
- Universidade de Chicago**. *Relações Exteriores, 1830-1960*. Disponível em <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>
- Versen, Max von** (1976), *História da Guerra do Paraguai*. Tradução de Manuel Tomás Alves Nogueira. São Paulo: Editora da USP e Livraria Itatiaia Editora.
- Vianna, Hélio** (ca 1956), *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos.